

Jornal do

SINDI/SEAB



Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins

ANO XVIII - Nº 143 - JULHO DE 2007 - 1ª Quinzena - www.sindiseab.org.br

Fórum Social do Mercosul

Sindicalistas defendem luta integrada para promover o desenvolvimento latino-americano

sindical construiu uma frente ampla para intervir de forma unitária, principalmente contra os acordos comerciais continentais, como a ALCA.

O representante da Central Sindical CTA, da Argentina, Adolfo Aguirre, ressaltou a importância da autonomia e liberdade de atuação das organizações de trabalhadores. “Temos que produzir idéias e pensamentos para romper com a ganância neoliberal. Hoje temos governos que legalizaram o pensamento do desenvolvimento com distribuição de renda, por isso não podemos perder tempo com debates secundários, devemos focar nossa ação nas perspectivas de avanços nos direitos”. Aguirre também atacou o monopólio da mídia. “O maior partido da direita são os meios de comunicação”, denunciou.

A secretária de políticas educacionais da CUT Autêntica do Paraguai, Graciela Congo, disse que a flexibilização dos direitos dos trabalhadores prejudica a segurança dos trabalhadores. “Em meu país as multinacionais despedem os trabalhadores antes de completarem 10 anos no emprego, prática que impossibilita a aposentadoria”. Graciela também afirmou que no Paraguai cerca de 70% das mulheres imigraram para outros países, principalmente Espanha e Argentina, em busca de trabalho. “As oportunidades são restritas à informalidade, sem nenhuma dignidade. Por isso nossa realidade não é a da pobreza, mas sim da miséria”, protestou.

O presidente da CUT-Paraná, Roni Anderson Barbosa, fez a análise da conjuntura do mundo do trabalho no Brasil. “O movimento sindical organizou marchas em Brasília e conseguiu aumentar significativamente o valor do salário mínimo. No ano passado tivemos uma vitória importante, que foi a conquista de uma política permanente de valorização do salário. No entanto, apesar dos avanços, a direita continua na ofensiva contra os trabalhadores.

Exemplo disso é a nefasta emenda 3, que quer acabar com a Carteira de

Trabalho. O momento político deveria ser favorável, mas a elite tenta a todo o momento retirar direitos da classe trabalhadora”, enfatizou Roni. Para ele, outro grande problema é a informalidade. “50% dos trabalhadores brasileiros vivem na informalidade, portanto, sem direitos garantidos”.

Após as exposições, a mesa temática abriu espaço para intervenções do público presente, o que contribuiu ainda mais para o debate sobre as perspectivas da luta sindical na América Latina.

O Sindi/Seab teve ouvintes nas mesas e palestras referentes ao sindicalismo, mulheres e democratização dos meios de comunicação.

Movimentos populares devem formar núcleos de comunicação, diz jornalista

Os movimentos populares – entidades, partidos e forças sociais – devem formar um núcleo que possa romper o monopólio da comunicação no Brasil e na América Latina. A opinião é do jornalista e diretor da revista Retratos do Brasil, Raimundo Pereira dos Santos, que participou em Curitiba da Chamada Geral pela Integração Latino-Americana, encerrada neste sábado (7). A Chamada Geral é um evento preparatório ao Fórum Social do Mercosul, que será realizado em janeiro de 2008 na capital do Paraná.

“O capital, de um modo geral, se monopolizou bastante e a imprensa, a

indústria da informação, que é um pedaço do grande capital, também se monopolizou e tem um ponto de vista mais ou menos uniforme em relação a como o Brasil deve se desenvolver”, disse. Dentro desta concepção, Pereira cita os governos de Fernando Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso, que “indicaram” o caminho a ser trilhado com as privatizações e projetos de reformas.

Tais reformas implicariam em retirada de direito dos trabalhadores, analisou Pereira. “Então, o jeito de romper esta situação é o movimento da população, dos partidos, das forças e entidades que não acreditam neste caminho, no sentido de organizar o seu sistema de informação, de comunicação. Então é esta a luta que está em curso”, disse.

O jornalista informou ainda que um grupo de articuladores do movimento popular está analisando o lançamento de um debate, num prazo superior a um ano, de um jornal impresso diário de circulação nacional. “Na nossa avaliação estamos com a idéia de ficar um ano discutindo esta questão, mas é uma coisa para se fazer dentro de dois anos, dois anos e pouco”, destacou.

(Fonte: Cut/Pr e

www.forumsocialdomercosul.org)



Lutar de forma unificada contra a ofensiva neoliberal nos países latino-americanos para promover o desenvolvimento econômico e social. Assim pode ser resumida a mesa temática “O sindicalismo no atual contexto político latino-americano: perspectivas de avanços nos direitos trabalhistas”, realizada na manhã desta sexta-feira (06/07), no Centro de Convenções de Curitiba.

Mais de cinquenta pessoas acompanharam a atividade, organizada pela CUT-Paraná e considerada como a principal no âmbito sindical da Chamada Geral pela Integração Latino-Americana, evento preparatório ao Fórum Social do Mercosul, que acontece em 2008, também em Curitiba.

A primeira exposição foi do secretário de política econômica e social da Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT), Rafael Freire Neto. Para ele, a atuação sindical na América Latina é mais contundente ao norte, no México, e no Sul, abrangendo Brasil e Argentina. “Já no centro do continente existem mais de 40 centrais sindicais, criadas em função de uma divisão política muito forte, justificada pela história dos países ali localizados”. Ainda de acordo com Freire, a influência estadunidense e a lógica neoliberal fizeram com que o movimento



Confirme sua presença até dia 20/07/07, no fone (41) 3022 8009

Reajuste dos Servidores do QPPE - Lei 15.512

Aprovada em 31/05/2007 - A espera já passa de 1 mês

Editorial**A gestão de pessoas precisa ser prioridade do governo do PR! Senão...?**

Todos sabem, quais as reivindicações que este SINDISEAB tem encaminhado nestes últimos anos, junto às várias áreas do governo do Estado, desde as secretárias/órgãos da base sindical, a SEAP e até ao governador. Todos também sabem, que as reivindicações do SINDISEAB, são de todos os seus representados (base sindical), já que são extraídas das discussões e consultas aos trabalhadores nos locais de trabalho e aprovados em suas instâncias decisórias (reuniões e encontros estaduais).

No entanto o nível de resposta do governo aos nossos pleitos tem sido muito insatisfatório, não somente pela resposta em si (que acontece), mas pela atenção dada aos vários temas que afligem a gestão de pessoas (conceito mais amplo, contemporâneo e politicamente mais correto) na administração pública. Esta falta de resposta mais elaborada e conclusiva e aprofundamento do debate e estudos sobre os temas direcionados às áreas especializadas do governo do Estado, nos leva a concluir que na administração pública do Paraná, inexistente Secretaria de Estado de Recursos Humanos, na acepção da palavra, cujo nome deveria ser "Gestão de Pessoas".

Assim, conclui-se que a SEAP muito faz em termos de apoio logístico e administrativo ao governo do Paraná e depois de todo este esforço gerencial, numa ação residual, superficial e episódica, desenvolve "política de recursos humanos".

O que se está falando fica exposto na pergunta: alguém já chegou ver algum documento contendo a visão ou diretrizes de políticas de recursos humanos para o governo do Paraná? E as propostas dos candidatos a governador e do atual, sobre política de recursos humanos quais foram ou são? Quase nada! Neste estado do Paraná, o que se faz nas várias Secretarias e Órgãos é buscar a implementação de planos/programas/projetos, sem levar em conta que o principal fator ou recurso da administração pública (como em qualquer empresa) é o ser humano, é o trabalhador.

Assim, chovem e acumulam-se os problemas nesta área, que vão desde a falta de resposta efetiva sobre a temática salarial até as doenças ocupacionais e comuns, estas totalmente ignoradas.

Alguém sabe ou viu falar, de alguma Secretaria ou Órgão que tenha algo que possa ser chamado de política de gestão e administração de pessoas (ou, à moda antiga: recursos humanos)? Claro que não, mesmo porque este tema é tratado de forma centralizada na SEAP, por este e pelos governos que o antecederam. Ou seja, do que se vê nenhuma Secretaria ou Órgão da Administração Pública do Paraná, tem autonomia política, administrativa e muito menos financeira, para o desenvolvimento de trabalhos/ações básicas ou inovadoras nesta área. O que se vê são as Secretarias/Órgãos, apenas funcionando como gerenciadores de ponto e da folha de pagamento e nada mais. Do que se sabe, quem tem algo que possa chamar-se de gestão de recursos humanos, talvez sejam

as sociedades de economia mista: COPEL, SANEPAR, TECPAR, entre outras. E, só!

Também, alguém já fez este tipo de colocação que agora é oportunizado neste editorial? Claro que não, quem se submete a colocar o dedo na ferida, quem se encoraja a colocar o guiso no gato? (vide conto muito conhecido). E que fique bem claro, também não se está analisando o desempenho de pessoas à frente desta ou daquela Secretaria de Estado, e sim se discute a questão estrutural, ou seja, como as coisas são estruturadas para desempenhar determinada missão/objetivos.

Assim, a título de conclusão advoga-se a tese de que no Estado do Paraná é urgente que se abra a discussão no rumo da instituição e concretização de uma Secretaria de Estado de Gestão de Pessoas na Administração Pública, a fim de tratar-se com dignidade, justiça e consciência social, os seus mais de 200 mil servidores públicos, dentre os quais inserem-se os ativos, aposentados e pensionistas, os terceirizados e contratados de outras formas, que não o regime estatutário.

No editorial do Jornal do SINDISEAB nº 142, abordou-se sobre os temas que devem ser desenvolvidos pelo sindicato, a fim de cumprir-se a missão e o papel do sindicalismo no serviço público. A seguir, arrola-se os temas que carecem de melhor atenção por parte do governo do estado, a saber:

1 – política salarial, visando a recuperação dos salários dos servidores públicos estaduais (ativos, aposentados e pensionistas), especialmente para aqueles vinculados ao QPPE, quadro de pessoal cujas remunerações são as menores, dentre as demais do Poder Executivo; 2 - regulamentação de artigos do QPPE (por exemplo, a GAST, prevista no artigo 18º da Lei PR nº 13.666/02 e artigo 5º da Lei

PR nº 15.044/06 e a promoção para os servidores do QPPE - por exemplo, o cargo de AP, já vencido desde julho de 2006); 3 - pagamento dos valores pendentes da promoção anterior (cargos de AA, AE e AP); 4 - a solução para a questão dos servidores estaduais do QPPE (cargos de AA e AE), que laboram em desvios de função (desenquadrados); 5 – Reestruturação do SAS: auditoria externa sobre o SAS e os contratos; alteração dos contratos da modalidade de pré-pagamento para pós-pagamento; realização de cálculos atuariais para o novo modelo de pós-pagamento e autogestão; levantamento junto aos servidores públicos (cadastramento) quanto a opção/adesão pelo Sistema de Assistência à Saúde disponibilizado pelo governo do Estado; avaliação das deficiências e gargalos do atual modelo de pré-pagamento; criação de autarquia para gerenciar o Sistema de Assistência à Saúde no modelo de autogestão e participação paritária dos usuários nas instâncias de decisão; criação de fundo de saúde para administrar os recursos financeiros repassados pelo Poder Executivo e de outras fontes; dentre outros; 6 - Previdência (aposentadoria e pensão): PRPREVI, aposentadoria especial, etc; 7 - Saúde, Segurança, Meio Ambiente do Trabalho e Qualidade de Vida no trabalho: PCMSO, PPRRA, CIPA/CISS/GRATIFICAÇÕES/perícia médica, perfil profissiográfico, etc; 8 - Agenda Ambiental na Administração Pública: reivindicar e implementar ações e práticas na administração pública, especialmente nas

secretárias/órgãos/setores/locais de trabalho de nossa base sindical, que traduzam-se numa visão ambiental, ecologicamente correta e sustentável; 9 – Orçamento público: é a principal discussão a se fazer para entender e conhecer o papel do Estado na sociedade e poder interferir na gestão do estado e melhorar a atuação do governo (administração pública); 10 – Escola de Governo: treinamento, qualificação e profissionalização do servidor público; 11 – outros a serem a relacionados.

É isso, a idéia está lançada ao debate público, junto aos servidores públicos e às várias autoridades públicas governamentais. Ou se debate as questões estruturais da administração pública e perpetua-se e deixa-se aumentar já imensos e inúmeros problemas relacionados à de gestão de pessoas.

Prestação de contas

ABRIL/2007	
Crédito – Entradas	
Contribuições/Dotações	R\$ 24.037,33
Receitas Aplic. Financeiras	R\$ 1.155,14
Precatórios	R\$ 0,00
Reembolso de despesas	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 25.192,47
Débitos – Saídas	
Impostos e Taxas	R\$ 177,95
Cursos/Congressos/Seminários	R\$ 4.636,79
Salários/Ordenados	R\$ 2.043,00
Encargos Sociais	R\$ 1.029,09
Vale Transporte	R\$ 439,20
Honorários Profissionais	R\$ 1.780,00
Encargos Sociais – Honorários	R\$ 70,00
Luz/Água/Telefone	R\$ 608,95
Associação de Classes	R\$ 1.072,14
Despesas c/ Veículos/Manutenção	R\$ 154,00
Assinaturas/Publicações	R\$ 735,00
Material de Expediente	R\$ 935,00
Disp. c/Alimentação/Refeições	R\$ 502,90
Contrib./Doações	R\$ 90,00
Despesas Diversas	R\$ 861,45
Manutenção/Conservação	R\$ 277,40
Despesas Bancárias/Financeiras	R\$ 46,80
Despesas de Viagens	R\$ 0,00
Custas Judiciais	R\$ 63,90
TOTAL	R\$ 15.523,57
Resultado do Período	R\$ 9.637,90
Resultado Acumulado	R\$ 64.041,99

Curitiba, 15 de Maio de 2007.
Diógenes Costa
Contador CRC 022332/0-2 PR

**Confira dicas simples para uma vida sustentável no escritório**

caneta a cada vez que não conseguir encontrar a sua.

- Seja seletivo no material

Papel reciclado, lápis de madeira certificada, canetas com componentes não poluentes. Já existem muitas opções de material de escritório que são produzidas pensando na redução do impacto ambiental.

- Não ignore o verão

No verão, vá trabalhar de roupas leves e defenda isso na empresa em que trabalha. Se o seu cargo é de chefia, libere os subordinados de usar ternos e trajes formais calorentos diariamente nessa época do ano. Assim, o ar-condicionado poderá funcionar em menor potência, economizando energia e esquentando menos o mundo lá fora.

- Imprima menos

Antes de ativar a impressora, pense se é estritamente necessário imprimir os emails que recebe. Seja rígido na seleção e só imprima o que for indispensável. Para imprimir um email você utiliza energia elétrica e matéria-prima oriunda das árvores.

- Reutilize papéis

Toda folha de papel tem dois lados, mas muitas vezes esquecemos disso. Reutilize folhas de papel. Faça blocos de nota com papéis usados ou mande folhas de volta para a impressora para imprimir no verso materiais só de leitura.

- Compartilhe material

Construa uma caixa comum de materiais como canetas, lápis, clipes, post-its. Ali podem estar os materiais que não são pessoais. Isso evita que cada pessoa compre uma nova

Quem somos

Diretoria Executiva Estadual: Presidente: Roberto Carlos Prazeres de Andrade Silva/ SEAB - Vice-presidente: José Carlos Bieger/ IAP - Secretária geral: Laura Jesus de Moura e Costa / SEMA - 1º secretário: Aparecido Ernesto Martins/ IAP - 2º secretário: Milton Vasconcellos Guedes/ SEAB - Tesoureira geral: Maria Auxiliadora Fernandes/ BBP - 1º tesoureiro: Benedito Eugênio S. Padilha/ IAP :: **Conselho fiscal:** Titulares: Heitor Rubens Raymundo/ IAP - Saonara do Rocio Porto/ IAP - Suplentes: Ernesto Renato Kruger/ SEAB - Roberto Manfré/ IAP - Paulo Moreira Borba/ SEAB

Suderhsa

Fábrica de manilhas vai bem, servidores nem tanto



Fábrica de Manilhas em Cruzeiro do Oeste

O governo tem investido na produção de tubos nas fábricas de manilhas, agora resta que invista também nos servidores que fazem esse trabalho árduo.

A Suderhsa tem 3 fábricas de manilhas, uma em Arapongas (21 servidores), outra em Cruzeiro do Oeste (33 servidores) e uma em Paranavaí (36 servidores).



Durante o mês de maio o Sindi/Seab fez várias visitas aos núcleos sindicais do interior, entre eles o de Cruzeiro do Oeste, na Suderhsa (Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental).

Na reunião que lá aconteceu vários pontos foram levantados pelos servidores da Superintendência e pelos trabalhadores da fábrica de manilhas.

Desse encontro foi formulado um ofício que foi encaminhado as autoridades da Superintendência, entre elas o Sr. Darcy Deitos. Confira as reivindicações dos servidores de Cruzeiro do Oeste:

- ✓ Melhorar as condições de trabalho nas fábricas de manilhas, principalmente em Cruzeiro do Oeste, pois o ambiente de trabalho é muito insalubre e pesado.
- ✓ Pagar a insalubridade (atuais e atrasadas) a todos os funcionários do Escritório Regional de Cruzeiro do Oeste, inclusive para os funcionários da Administração Regional e os aposentados.
- ✓ Incorporar na ficha funcional a contagem da insalubridade como tempo de serviço (2 meses por ano trabalhado), até dezembro de 1992, a todos os funcionários das fábricas de manilhas, principalmente aos do Escritório Regional de Cruzeiro do Oeste.
- ✓ Fornecer-nos uma cópia de cada ficha funcional com a respectiva contagem de tempo de serviço, ou seja, com a insalubridade já incorporada ao tempo de serviço.
- ✓ Substituir **IMEDIATAMENTE** as botas de biqueiras de aço por botas com biqueira de fibra de vidro, pois as de aço prendem a circulação e podem necrosar os dedos do pé e levá-los à sua amputação.
- ✓ Adotar nas fábricas de manilhas somente a máscara azul, pois é a mais correta; o tapador de ouvido nem sempre protege contra os ruídos.
- ✓ Oferecer aos funcionários das fábricas de manilhas EPI (Equipamento de Proteção Individual) mais adequados, pois esse trabalho é muito pesado, ruidoso, insalubre, sufocante. Várias doenças foram apontadas como decorrentes do ambiente de trabalho, tais como: surdez, problemas de coluna, problemas nas pernas, nos joelhos, nos pés (principalmente, quem trabalha com a pá), asma, doenças respiratórias, hérnia, problemas de visão e de circulação, estresse, além de outros.
- ✓ Realizar concurso público para contratar novos funcionários para a fábrica de manilhas e garantir a aposentadoria com salário integral aos atuais funcionários, visto que somente 28,6 % deles têm menos de 50 anos; em torno de 53,6% deles têm entre 50 e 60 anos; e, 17,9 % têm mais de 60 anos; portanto, com idade superior a 50 anos estão 71,5% dos funcionários da fábrica de manilhas de Cruzeiro do Oeste. Como o trabalho de fabricação de manilhas é pesado, insalubre, desgastante, uma pessoa com mais de 50 anos já sente muita dificuldade em realizá-lo.
- ✓ Solicitar ao Chefe do Escritório Regional a correção dos casos em que houve rebaixamento de função, como por exemplo: de operador de equipamento pesado passou a motorista, mantendo a mesma função (Agente de Apoio).
- ✓ Incentivar a indicação, para os cargos de chefia, das pessoas que tenham perfil para a função, ou seja, tenham respeito e bons tratos para com os funcionários.

Governo investe R\$ 424 mil na produção de tubos e manilhas

A Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (Suderhsa) vai investir R\$ 424 mil para produção de aproximadamente 25 mil tubos que serão utilizados em obras de controle de cheias e drenagem em 40 municípios paranaenses. A Suderhsa é uma autarquia da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

A destinação dos tubos prioriza os municípios da região Noroeste do Estado, onde predomina o solo formado pelo arenito Caiuá - formação mais suscetível à erosão, de acordo com o presidente da Suderhsa.

Cada uma das fábricas de manilhas e tubos produz, em média, 8 mil tubos por mês. Desde 2003, o Governo do Estado já investiu mais de R\$ 1 milhão na produção de tubos e manilhas obras de controle de cheias e drenagem. Com o recurso foram fabricados 61,4 mil tubos. Outros 25 mil foram fabricados nos últimos quatro anos com recursos encaminhados pelas prefeituras.

(Com informações da Agência Estadual de Notícias e Suderhsa)

Espaço Jurídico

Conversão de tempo insalubre e perigoso

Em relação a insalubridade, tenho a esclarecer que para situações de trabalho insalubre e perigoso sob a égide do regime CLT, os atuais servidores que tiveram seu regime de trabalho mudado para estatutário tem-se o seguinte :

1. O Estado não reconhece administrativamente o tempo convertido;
2. Já decorridos cinco (5) anos, ter-se-ia a prescrição.

Em função deste quadro, tenho recomendado e adotado o seguinte procedimento:

Utilizar a ação declaratória, objetivando afastar a prescrição.

Ajuizar a ação contra o INSS, pois o direito de conversão do tempo é do regime da previdência social geral dos celetistas.

Interpor as ações nos juizados especiais federais, pois como a ação não vislumbra recebimento de nenhum valor, o juizado tem competência para tal.

Após a obtenção da certidão de tempo convertido, apresentá-la no setor de recursos humanos ou na Secretaria da Administração (SEAP) para a devida averbação, que tem sido aceita administrativamente.

No entanto alerta, somente terão reconhecido o tempo laborado para o Estado sob condições insalubres ou perigosas :

- se o servidor tiver havido efetivo recebimento do adicional (o que deverá ser provado com a ficha financeira, contra-cheques, ou outro documento pertinente).
- se tiver havido descontos previdenciários sobre o adicional.
- se houver laudo atestando as condições insalubres ou perigosas.

Jackson Sponholz
Assessor Jurídico do Sindi/Seab

▶▶▶ RAPIDINHAS

Sindi/Seab em apoio dos trabalhadores itens 4 e 5)



Aconteceu em Maringá um ato de repúdio à demissão de 28 servidores municipais, por ocasião da greve geral de 2006. Vinte e dois trabalhadores já foram readmitidos por ordem da justiça. Para os demais a readmissão está em andamento.

O evento foi promovido pela SISMMAR (Sindicato dos servidores municipais de Maringá), com a participação de várias classes representativas inclusive da Igreja Católica, com uma celebração religiosa.

O Sindi/Seab foi representado por Antonio Caetano (SEAB) e Sebastião dos Santos (IAP).

Baixo salário do AP

De acordo com matéria publicada no jornal Valor Econômico (27/06/07) os Fiscais do MAPA (Ministério da Agricultura) conseguiram reajuste médio de 45%.

Veja agora para quanto vai o salário inicial de um Fiscal Agropecuário Federal do MAPA:

1. Vencimento Inicial: R\$ 5.107,00
 2. GDAFA (Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Federal Agropecuária):
 - a) Avaliação de desempenho individual: + 15% (= R\$ 766,05), podendo chegar a +25%.
 - b) Avaliação de desempenho institucional: + 25% (= R\$ 1.276,75)
 3. Vantagem Pecuniária Individual: R\$ 59,87
 4. Auxílio Alimentação + Auxílio Creche (crianças abaixo de 6 anos)
 5. Insalubridade ou Periculosidade dependendo do tipo de trabalho
- TOTAL (1 + 2 + 3) = R\$ 7.210,00 aproximadamente. (não foram somados os

Salário Inicial de Agente Profissional do QPPE: R\$ 2.714,22 (representa menos de 38% do salário inicial do MAPA). Está aí mais uma prova de que os servidores do QPPE devem continuar a lutar por melhores salários e condições dignas de trabalho.

Consumo saudável Dúvidas sobre diet e light

Os consumidores muitas vezes procuram por alimentos diet e light. Mas não sabem ao certo o que essa denominação

quer dizer.

Alimentos diet

São os alimentos especialmente formulados para grupos da população que apresentam condições fisiológicas específicas. Como, por exemplo, geléia para dietas com restrição de açúcar. São feitas modificações no conteúdo de nutrientes, adequando-os a dietas de indivíduos que pertençam a esses grupos da população. Apresentam na sua composição quantidades insignificantes ou são totalmente isentos de algum nutriente.

Alimentos light

São aqueles que apresentam a quantidade de algum nutriente ou valor energético reduzido quando comparado a um alimento convencional. São definidos os teores de cada nutriente e/ou valor energético para que o alimento seja considerado light. Por exemplo, iogurte com redução de 30% de gordura é considerado light.

Tanto alimentos diet quanto light não têm necessariamente o conteúdo de açúcares ou energia reduzido. Podem ser alteradas as quantidades de gorduras, proteínas, sódio, entre outros; por isso a importância da leitura dos rótulos.

Professores universitários vão receber reajuste salarial em julho

O governador Roberto Requião está autorizando o pagamento, já neste mês, do aumento dos salários dos 6,8 mil professores - entre ativos, aposentados e pensionistas - das sete faculdades e seis

universidades estaduais. O índice de reajuste é de 6,57%, conforme estabelece a lei sancionada pelo governador em maio e que assegura acréscimo salarial a todas as categorias do funcionalismo público estadual. Esse será o segundo reajuste, em menos de dois anos, para o magistério do ensino superior.

O índice de 6,57% que os professores do ensino superior terão de reajuste agora em julho corresponde à reposição da inflação acumulada desde setembro de 2005. Naquele mês, o Governo do Estado implantou um novo plano de carreira para a categoria, que resultou em acréscimos na remuneração que variaram de classe para classe - em média, chegaram a 18%.

Lei nº 15.512/2007

A lei institui aumentos salariais a todas as carreiras de servidores, e ainda estabelece o 1º de maio como data para revisão anual dos salários. Os reajustes, prevê a legislação, serão aplicados de acordo com os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quando será o reajuste do QPPE?

No dia 10 de julho, foi noticiado que o governo não precisa mais pagar multa de R\$ 10 milhões a STN (Secretaria do Tesouro Nacional) por causa de títulos "podres" do antigo Banestado, adquiridos pelo Estado do Paraná na época da privatização do banco. Essa multa era a desculpa para o governador não implantar o reajuste prometido aos servidores do QPPE (3,4%), conforme a Lei 15.512. Estamos de olho!!!

Orçamento público

Para viabilizar o reajuste do QPPE, por exemplo, os servidores devem se organizar e participar das audiências públicas promovidas para discutir o orçamento do Estado para 2008. O Deputado Tadeu Veneri (PT) lançou a cartilha "Orçamento público do Paraná" que será distribuída no II Encontro Estadual do Sindi/Seab, dia 27 de julho de 2007.

Quem participa na elaboração e execução orçamentária passa de mero espectador a protagonista de sua história. Por isso é que se defende o orçamento participativo na União, Estados e municípios. Fique por dentro, pegue sua cartilha e participe do orçamento do nosso Estado, vamos zelar pelo o que é nosso e de todos: o dinheiro público!

Artigo

Décimo terceiro: adiantar ou não?

As instituições financeiras, muito criativas por sinal, aproveitam certos eventos do calendário e lançam produtos para atrair seu público consumidor.

A modalidade de adiantamento de décimo terceiro não é nova, mas faz parte dessa criatividade dos bancos. Considerando que entramos no segundo semestre e normalmente esse salário complementar é pago entre novembro e dezembro, já começou a disputa pelos correntistas.

Afinal uso ou não essa linha de crédito? Primeiramente analise a taxa de juros da operação. Realizando uma sondagem juntos aos bancos constatou-se que as taxas variam de 3,3% a 4,7% ao mês. Aqui o primeiro alerta: esses juros são pagos antecipadamente, portanto, não as compare diretamente as taxas de outras modalidades que são cobradas ao final do empréstimo. Por exemplo, uma taxa de 4% ao mês antecipada, equivale a 4,17% ao mês para pagamento ao final do empréstimo (dívida 4% pela diferença de 100% e 4%, no caso, 96%).

Segundo alerta: verifique as tarifas bancárias. Há a tarifa de abertura de crédito cujo valor varia de banco para banco. Haverá ainda a incidência de IOF (imposto sobre operações financeiras).

Esgotadas todas essas análises recomenda-se o empréstimo para substituir dívidas com custo financeiro mais elevado, como são os casos do cheque especial e cartão de crédito. Se essas modalidades tiverem atualmente um custo maior do que 4% a 5% ao mês, faça o adiantamento e cubra as dívidas. Neste caso planeje o orçamento familiar para não usar novamente os limites disponíveis.

Se for somente para consumo ou outra finalidade que não seja se livrar de dívidas caras, não caia na tentação de adiantar o décimo terceiro. Lembre-se: o crédito é bom e ruim. Bom porque ajuda no sufoco ruim porque acomoda as pessoas.

Prudência é o indicativo na busca por empréstimos bancários.

Reinaldo Cafeo - 44 anos, economista, professor universitário, pós-graduado em Engenharia Econômica, mestre em Comunicação.
(Fonte: www.economiaonline.com.br)

Expediente